

Bruxelas, 22 de abril de 2026
(OR. en)

8482/26
ADD 1

ENER 199
ENV 402
COMPET 475
TRANS 244
CONSOM 131
IND 278
ECOFIN 518
FISC 144

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	22 de abril de 2026
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2026) 370 annex
Assunto:	ANEXO da COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Plano AccelerateEU – União da Energia Energia segura e a preços acessíveis graças a uma ação acelerada

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2026) 370 annex.

Anexo: COM(2026) 370 annex



Bruxelas, 22.4.2026
COM(2026) 370 final

ANNEX

ANEXO

da

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO
CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ
DAS REGIÕES**

**Plano AccelerateEU – União da Energia
Energia segura e a preços acessíveis graças a uma ação acelerada**

ANEXO I

Exemplos de boas práticas nacionais já adotadas

Impulsionar a adoção de tecnologias limpas
Conceder subsídios em grande escala para bombas de calor, energia geotérmica e solar, combinados com um «fundo para o calor» de 500 milhões de EUR para converter a indústria e fazê-la passar dos combustíveis fósseis para a biomassa, a energia eólica e solar. Incentivar a adoção de bombas de calor em edifícios novos até 2027. Criar regimes de locação social para veículos elétricos.
Reduzir o IVA das bombas de calor, da energia solar fotovoltaica e das caldeiras solares para 6 %.
Conceder aos agregados familiares vulneráveis um subsídio até 100 % para substituir as caldeiras a combustíveis fósseis.
Obrigar as empresas tomarem todas as medidas de eficiência energética que tenham um período de recuperação inferior a cinco anos. Criar um regime de subsídios para veículos comerciais com nível nulo de emissões.
Assegurar preços da eletricidade mais baixos para as bombas de calor em troca de flexibilidade do sistema.
Organizar e participar em leilões duplos para a produção de combustíveis de aviação sintéticos e sustentáveis (eletroCSA) no âmbito da Aliança dos Pioneiros para os eletroCSA (<i>eSAF Early Movers Coalition</i>).
Conceder incentivos fiscais ou outros incentivos financeiros às frotas de veículos elétricos das empresas.
Medidas no setor dos edifícios
Conceder subsídios até 50 % e empréstimos sem juros (até 50 000 EUR) para a renovação de edifícios, incluindo isolamento.
Elaborar um plano integrado que combine medidas comportamentais, investimentos de retorno rápido e renovações a longo prazo, com o objetivo de conseguir uma poupança de energia de 20 % ao longo de dois anos.
Realizar uma campanha de sensibilização para reduzir as temperaturas do aquecimento em 1 °C e aumentar as temperaturas de arrefecimento em 1 °C nos edifícios públicos.
Publicar decretos relativos à poupança de energia para o setor público, as empresas e os agregados familiares com regras sobre o aquecimento, a iluminação e a utilização de energia, a fim de reduzir o consumo de gás em cerca de 20 TWh por ano.
Incentivos aos transportes públicos e à transferência modal
Criar um passe nacional único de transporte, que abranja viagens ilimitadas em todos os autocarros inter-regionais do Estado e serviços selecionados. Oferecer serviços de transporte com capacidade de resposta à procura nas zonas rurais.
Congelar os preços dos bilhetes ferroviários mediante compensação pública.
Realizar uma campanha a nível nacional para promover a poupança de energia, incluindo mudanças comportamentais relacionadas com os transportes. Criar um programa de financiamento para bicicletas de carga. Disponibilizar uma assinatura mensal única, de montante fixo, válida para todos os transportes públicos locais e regionais.
Disponibilizar um passe anual subsidiado, de montante fixo, que incentive a utilização diária dos transportes públicos urbanos.
Realizar investimentos em infraestruturas para ciclistas e sistemas de partilha de bicicletas destinados a regiões com níveis mais elevados de pobreza em matéria de transportes.
Criar planos nacionais de boleias organizadas.
Conceder benefícios fiscais para a aquisição/posse de veículos com nível nulo de emissões, aplicáveis aos veículos empresariais, incluindo reduções ou isenções do imposto sobre as prestações em espécie.
Conceder incentivos à aquisição de veículos elétricos a bateria e apoiar a instalação de pontos de carregamento em edifícios residenciais ou estabelecimentos públicos.
Medidas transversais
Criar ferramentas digitais para promover um consumo flexível de eletricidade e a transferência da procura.
Realizar campanhas comportamentais a nível nacional inspiradas na campanha «Baixar um grau» para garantir que há energia suficiente para todas as casas e que levou a que 86 % do público-alvo tomasse medidas de poupança de energia.

ANEXO II

Tipos de medidas de ajuda imediata

O que podem fazer os Estados-Membros para ter um impacto imediato?	Como/que ferramentas utilizar?
Agregados familiares e edifícios	
1. Proteger os agregados familiares vulneráveis	<ul style="list-style-type: none"> • Emitir vales energéticos específicos para os agregados familiares vulneráveis. • Ponderar se será necessário regular temporariamente preços específicos para os agregados familiares vulneráveis e em situação de pobreza energética (tarifas sociais). • Introduzir reduções específicas, totais ou parciais, dos impostos especiais sobre o consumo de eletricidade para os agregados familiares vulneráveis e em situação de pobreza energética.
2. Utilizar o aquecimento e o ar condicionado de forma eficiente	<ul style="list-style-type: none"> • Ajustar as configurações predefinidas das caldeiras de condensação e dos sistemas centralizados de ar condicionado nos edifícios públicos, a fim de aumentar a eficiência e reduzir o consumo de energia para o aquecimento, o arrefecimento e o aquecimento de água. • Exigir que os ocupantes dos edifícios comerciais ajustem as configurações predefinidas das caldeiras de condensação e dos sistemas centralizados de ar condicionado, a fim de aumentar a eficiência. • Incentivar os ocupantes de edifícios residenciais privados a manterem a temperatura das caldeiras de condensação abaixo dos 50 °C.
3. Apoiar a rápida implantação de tecnologias limpas e energeticamente eficientes em casa, incluindo as relacionadas com a eficiência energética e o aquecimento da água	<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir incentivos fiscais e/ou apoio financeiro específicos, nomeadamente a locação social para agregados familiares vulneráveis, a fim de implantar rapidamente tecnologias limpas e eficientes de fácil instalação, como baterias recarregáveis, painéis fotovoltaicos, bombas de calor e janelas de elevado desempenho. • Utilizar as tarifas sociais e as subvenções para substituir rapidamente as caldeiras a combustíveis fósseis. • Eliminar os obstáculos jurídicos à implantação segura de tecnologias de ligação fácil «a jusante do contador», a fim de reduzir os custos do sistema e incentivar a interoperabilidade e a flexibilidade. • Introduzir incentivos fiscais e/ou subsídios para que os consumidores substituam os aparelhos de cozinha antigos, ineficientes ou a gás por aparelhos elétricos.
4. Evitar os cortes de energia	<ul style="list-style-type: none"> • Instituir a proibição temporária de corte da energia. • Apoiar a estabilidade financeira dos comercializadores através de uma boa gestão dos riscos e de regimes efetivos de comercializador de último recurso. • Assegurar que os comercializadores de energia prestam aos clientes aconselhamento sobre as «melhores tarifas» com base na utilização e dão um «alerta precoce» quando o consumo aumenta muito ou quando há risco de não pagamento.
5. Permitir a mudança de comercializador e a flexibilidade da procura	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que os consumidores podem mudar facilmente para contratos mais baratos e aceder a ferramentas neutras e transparentes de comparação de preços para escolher as melhores tarifas e contratos. • Eliminar os obstáculos para as empresas que recompensem os clientes por transferirem o consumo de eletricidade das horas de ponta para os períodos mais baratos.
6. Promover o autoconsumo e as	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar as recomendações da Comissão sobre o autoconsumo e as comunidades de energia a nível nacional.

comunidades de energia	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar e continuar a possibilitar o autoconsumo e as comunidades de energia através da concessão de incentivos fiscais e/ou subsídios, nomeadamente recorrendo a garantias e fundos da UE para apoiar as comunidades de energia.
7. Sensibilizar o público	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar aconselhamento gratuito e emitir certificados de desempenho energético, juntamente com recomendações sobre medidas de poupança de energia. • Apoiar campanhas de informação para incentivar o público e as PME a pouparem energia.
Indústria, empresas e PME	
8. Adotar práticas de financiamento inovadoras e criar empresas de serviços energéticos	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a criação e a rápida implantação de regimes de financiamento e produtos financeiros inovadores que apoiem a rápida adoção de energia renovável, armazenamento, medidas de eficiência energética e empresas de serviços energéticos.
9. Realizar auditorias energéticas e reduzir as perdas de calor	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar auditorias de energia e adotar as recomendações com maior impacto e eficácia em termos de custos para combater as perdas de calor resultantes de processos de alta temperatura. • Incentivar as empresas a aplicar as medidas identificadas nas auditorias de energia com um determinado período de recuperação (por exemplo, três anos). • Proceder a verificações no local e à manutenção dos sistemas de aquecimento térmico para reduzir o desperdício.
10. Substituir os motores elétricos ineficientes e promover a transição para as energias renováveis locais	<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir incentivos fiscais e/ou subsídios específicos para acelerar a substituição de sistemas de motores elétricos ineficientes na indústria. • Introduzir incentivos fiscais e/ou subsídios para acelerar a substituição dos sistemas baseados em combustíveis fósseis por sistemas baseados em energias renováveis mais eficazes em termos de custos.
11. Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar continuamente a produção de biogás e biometano. • Incentivar a implantação de instalações energéticas limpas e eficientes nas explorações agrícolas. • Facilitar a utilização de nutrientes reciclados.
Transportes	
12. Promover os transportes públicos e o transporte ferroviário	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o preço dos transportes públicos e/ou torná-los gratuitos para determinadas categorias de pessoas (nomeadamente as mais vulneráveis). • Promover a utilização do transporte ferroviário para viagens de negócios e para o transporte de mercadorias.
13. Promover alternativas ao automóvel nas zonas e periferias urbanas	<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir apoio público para a partilha de bicicletas e outras soluções de micromobilidade e introduzir incentivos (por exemplo, fiscais ou sob a forma de subsídios) à aquisição de bicicletas. • Continuar a desenvolver as infraestruturas para ciclistas e peões e facilitar o transporte de bicicletas nos transportes públicos. • Incentivar a entrega no último quilómetro por bicicletas de carga ou veículos elétricos de pequena dimensão.
14. Promover a partilha de automóveis	<ul style="list-style-type: none"> • Criar vias de trânsito e lugares de estacionamento específicos para veículos com um elevado índice de ocupação.
15. Apoiar a adoção de automóveis, carrinhas, camiões e autocarros elétricos e mais eficientes	<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir, manter ou alargar o apoio público à aquisição de veículos com nível nulo de emissões, incluindo em frotas empresariais. • Isentar de portagens os veículos pesados com nível nulo de emissões, em conformidade com a Diretiva Eurovinheta. • Acelerar a implantação de infraestruturas de carregamento acessíveis ao público, em especial das infraestruturas de carregamento para veículos pesados. • Apoiar a instalação de infraestruturas de carregamento privadas através de incentivos fiscais ou subsídios específicos.

	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que as necessidades de ligação à rede dos veículos pesados são expressas de forma clara e atempada pelo setor da mobilidade, evitando projeções especulativas das necessidades, aos operadores das redes de distribuição de eletricidade e às autoridades públicas, e que estas são integradas nos respetivos exercícios de planeamento e planeamento do desenvolvimento da rede, a fim de assegurar investimentos antecipados na rede e ligações mais rápidas a esta. Assegurar a transparência da capacidade de acolhimento da rede e o planeamento antecipado da rede a nível dos operadores da rede de distribuição no que diz respeito às necessidades de investimento previstas para eletrificar o setor dos transportes e acelerar os regimes de licenciamento dos respetivos projetos de infraestruturas de rede e de carregamento. • Aumentar o número de veículos elétricos nos transportes públicos.
<p>16. Promover práticas de condução e um funcionamento mais eficientes dos veículos de transporte e de entrega de mercadorias</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover mudanças comportamentais, sensibilizar e oferecer formação sobre condução ecológica. • Facilitar a utilização de cláusulas de indexação dos combustíveis nos contratos de transporte rodoviário. • Assegurar o carregamento otimizado dos veículos pesados através de um melhor planeamento e da partilha de dados. • Otimizar as soluções multimodais de entrega, nomeadamente através de soluções de entrega no último quilómetro com nível nulo de emissões e de estações de recolha. • Acelerar a implantação de serviços de sistemas de transporte inteligentes.
Gás natural	
<p>17. Otimizar as centrais elétricas existentes para assegurar capacidade de produção suficiente, reduzindo a procura de gás para as centrais elétricas a gás</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Otimizar a disponibilidade de centrais nucleares e hidroelétricas, incluindo, sempre que possível e aconselhável, atrasar as operações de manutenção e estabelecer planos de contingência para a eventualidade de períodos de seca prolongados. • Evitar a retirada prematura de ativos de produção, nomeadamente as instalações nucleares existentes que podem continuar a produzir eletricidade fiável, com poucas emissões e de baixo custo.
Sistema energético de ponta	
<p>18. Conceder auxílio relacionado com os preços e apoio alinhados com o objetivo a longo prazo para fazer a transição para energias limpas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar tarifas de rede que sejam compatíveis com o sistema a fim de baixar os custos deste e explorar todo o potencial das fontes de energia renováveis. • Introduzir preços retalhistas progressivos e assegurar que a intervenção na configuração dos mesmos promove poupanças e a transição do gás para a eletricidade e recompensa a flexibilidade da resposta da procura. • Pôr termo ao tratamento preferencial dos combustíveis fósseis. • Introduzir, sempre que relevante, medidas de apoio relacionadas com os preços a nível nacional para agregados familiares vulneráveis e empresas, que sejam específicas, limitadas no tempo e que não aumentem a procura. • Realizar campanhas de informação destinadas especificamente aos agregados familiares e às empresas pequenas, por exemplo, para incentivar os consumidores a reduzirem as temperaturas do aquecimento e das caldeiras, a evitarem a utilização de energia nas horas de ponta, a apagarem as luzes, a fecharem as portas, a aquecerem menos divisões, a travarem as correntes de ar e a reduzirem a utilização de energia nas lojas.